



A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL NAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Hayatt Husam Mansour

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da
Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo/RS (PPGDDP - UFFS)
hayatt.h.m@hotmail.com

Ivann Carlos Lago

Professor do PPGDDP - UFFS
ivann@uffs.edu.br

Enise Barth

Professora do PPGDDP - UFFS
enise.teixeira@uffs.edu.br

Edemar Rotta

Professor do PPGDDP - UFFS
erotta@uffs.edu.br

1. Introdução

A análise do desenvolvimento da humanidade envolve fatores que vão além dos aspectos tradicionais requeridos pelo convívio social, incorporando aspectos relacionais e culturais. Nesse contexto, o termo Capital Social emerge como um conceito relevante para a compreensão de como redes de confiança, normas sociais e cooperação influenciam diretamente nas dinâmicas de desenvolvimento (Bourdieu, 2007; Coleman, 1990; Hanifan, 1916; Putnam, 2006; Tocqueville, 2005).

Surge, desse modo, a problemática central desta abordagem conceitual: compreender a importância do Capital Social nas dinâmicas de desenvolvimento. Esta investigação reside na relevância de se pensar o desenvolvimento a partir das relações interpessoais e coletivas, considerando suas implicações na formulação de políticas públicas e práticas mais eficazes. Procura-se, assim, contribuir para uma visão ampliada do desenvolvimento, destacando a relevância de relações para além dos vieses tradicionalmente tratados. Objetivou-se, dessa forma, discutir o conceito de Capital Social e sua aplicabilidade teórica e prática ao desenvolvimento das diferentes formações sociais. Ampliando horizontes, o presente estudo buscou identificar convergências



conceituais e ampliar o escopo do tema por meio do diálogo com autores contemporâneos que exploram a articulação entre relações sociais, práticas culturais e políticas públicas.

2. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica, fundamentada em levantamento bibliográfico. A abordagem qualitativa busca compreender fenômenos complexos em seus contextos naturais, valorizando dimensões subjetivas, simbólicas e sociais que não são passíveis de quantificação, conforme propõe Gil (2008). Baliza-se na modalidade de ensaio teórico, que, segundo Severino (2007), consiste na análise reflexiva de conceitos, autores e correntes de pensamento, a partir da interpretação crítica de produções acadêmicas previamente consolidadas. Essa estratégia metodológica não apenas possibilita uma revisão do estado da arte, mas também propicia articulações conceituais e novas interpretações.

Para tanto, foram selecionadas obras de referência que discutem o conceito de Capital Social sob distintas perspectivas — estrutural, funcional e cultural — com foco na sua interface com as dinâmicas de desenvolvimento. A definição dos autores fundamentou-se em sua representatividade epistemológica no campo de estudo e na contribuição teórica que oferecem ao desenvolvimento da vida em sociedade, priorizando a coerência entre os referenciais adotados, bem como a relevância de contribuições.

3. Resultados e discussão

O conceito de Capital Social, embora em constante debate contemporâneo, tem origens históricas e epistemológicas que remontam a diferentes campos do conhecimento e a autores que, de forma direta ou indireta, contribuíram para sua formulação e consolidação teórica. A análise dessas contribuições revela a amplitude conceitual e sua relevância para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento. As origens do conceito remontam a pensadores clássicos, como Alexis de Tocqueville (2005), que no século XIX apontava a relevância das associações civis na manutenção da democracia.

Já o uso inicial do termo pode ser atribuído a Lyda Judson Hanifan (1916) ao referir-se à boa vontade e ao convívio entre indivíduos em uma comunidade, recursos que contribuíam para a melhoria das condições educacionais e sociais. Embora o enfoque do



autor fosse pragmático e voltado à prática pedagógica, permite-se ser visto como pioneiro ao sugerir que os vínculos sociais constituíam um tipo de capital que gerava benefícios coletivos. Jane Jacobs (1961), por sua vez, identifica nas relações de vizinhança e nas redes informais de confiança uma riqueza social das cidades. Para a autora, a vitalidade urbana depende menos do planejamento técnico e mais das interações cotidianas, antecipando a noção de que o Capital Social como uma condição estruturante do desenvolvimento urbano, por conseguinte, desenvolvimento da vida em sociedade.

Essas contribuições, ainda que diversas em suas origens disciplinares, encontram coerência e complementaridade com os teóricos mais consagrados do campo, sendo Pierre Bourdieu (2007), quem, notoriamente, amplia a noção de capital ao incluir suas formas simbólica, cultural e social — rompendo com a exclusividade do capital econômico nas ciências sociais, além de esclarecer que:

O capital social é o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 2007, p. 67).

Desse modo, evidencia-se o conceito de Capital Social como um meio estratégico relacional diante de dado sistema social, tendo-o como determinante para dinâmicas de desenvolvimento. Posteriormente, James Coleman (1990), destaca-se ao trazer uma abordagem funcionalista, concebendo o conceito como um recurso produtivo que emerge de estruturas sociais e facilita ações cooperativas. Para o autor, normas sociais, obrigações recíprocas e confiança mútua são elementos essenciais à formação de redes eficazes.

Igualmente, sublinha-se Robert Putnam (2006), ao introduzir uma visão empírica e institucional. O autor demonstra, por meio de estudos comparativos entre regiões italianas, que a presença de Capital Social — medido por participação cívica, confiança interpessoal e normas de reciprocidade — está diretamente relacionada à qualidade da governança democrática e ao desempenho administrativo e cívico. Putnam (2006), também distingue formas de Capital Social: o *bonding*, percebido como fortalecedor de vínculos internos de um grupo, e o *bridging*, evidenciado como conector de diferentes



grupos, ambos relevantes para o desenvolvimento.

No cenário contemporâneo, a discussão do conceito tem sido ampliada por autores que o relacionam às dimensões culturais e às políticas públicas. Santos (2020), ao alertar para o risco de ‘desculturalização’ em contextos de mudança institucional, enfatiza que o enfraquecimento de vínculos culturais pode comprometer o tecido social. Outra contribuição advém de Fukuyama (2002, p. 160-161), argumentando que:

O capital social não é, como às vezes o apresentam, um raro tesouro cultural que passa de uma geração para outra, e que, uma vez perdido, nunca mais será recuperado. Em vez disso, ele é criado espontaneamente o tempo todo por pessoas ocupadas em afazeres diários. Foi criado em sociedades tradicionais, e é gerado diariamente por indivíduos e empresas em uma moderna sociedade capitalista.

Fukuyama (2002) entende que o Capital Social é continuamente gerado por interações cotidianas, não dependendo exclusivamente de tradições culturais, mas sim da construção de confiança social como uma prática recorrente nas sociedades contemporâneas, sendo vital para a estabilidade institucional.

A partir dessa leitura ampliada, observa-se que o Capital Social como um conceito multifacetado, que abrange dimensões simbólicas, econômicas, estruturais e culturais. Sua relevância teórica está na capacidade de explicar, de forma integrada, como os vínculos relacionais moldam trajetórias individuais e coletivas, influenciam políticas públicas, afetam a dinâmica e sustentam processos de desenvolvimento em diferentes contextos, especialmente na vida em sociedade.

4. Considerações finais

Ao reunir aportes de autores clássicos e contemporâneos, esta abordagem conceitual evidencia que o conceito de Capital Social constitui um instrumento de relevância para o desenvolvimento da humanidade. A leitura dos conceitos demonstra que a confiança, a cooperação, as normas comuns e os vínculos interpessoais formam a base sobre a qual se sustentam sociedades mais desenvolvidas e resilientes.

A cultura emerge como substrato fundamental desse processo, revelando-se não apenas como meio de reprodução simbólica, mas como ambiente de geração de Capital Social. A convergência entre as diferentes abordagens permite compreender o conceito



tanto como meio quanto como fim do desenvolvimento. Vale dizer que, compreender e fortalecer o Capital Social, por meio de políticas públicas que valorizem a participação humana, é condição relevante para a construção de uma sociedade mais justa, coesa e democrática ao passo que também se permite desenvolvê-la.

Por fim, reconhecem-se as limitações do estudo, sobretudo diante da polissemia conceitual frente ao Capital Social, e propõe-se que futuras investigações explorem a temática sob uma abordagem sistêmica, observando sua formação pelas dimensões simbólicas, econômicas, estruturais e culturais bem como ampliando para dinâmicas de confiança, das normas de reciprocidade e das redes sociais. Permitindo-se, então, salientar a importância das dinâmicas de desenvolvimento diante de suas relações, considerando implicações para políticas públicas e práticas mais eficazes.

Referências

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice. (Orgs.). **Escritos de Educação**. 9. ed.. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 65-70.

COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge/US: Harvard University Press, 1990.

FUKUYAMA, Francis. Capital social. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). **A cultura importa**. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2002. p. 155-171

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed.. São Paulo: Atlas, 2008.

HANIFAN, Lyda Johnson. *The rural school community center*. In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 67, n. 1, p. 130-138, 1916.

JACOBS, Jane. *The death and life of great American cities*. New York/US: Random House, 1961.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed.. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed., 3. reimpr.. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed.. São Paulo/SP: Cortez, 2007.



TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América:** leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. 2 ed.. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2005.